



Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

INSTRUÇÃO DO PERÍODO

Processo TC 5422/989/19
Poder LEGISLATIVO
Município Itatinga
Entidade CÂMARA MUNICIPAL DE ITATINGA
Período 06/2019
Relator Dr. Renato Martins Costa
Unidade Fiscalizadora UR-09 UNIDADE REGIONAL DE SOROCABA
Responsável NILTON DE JESUS POLIDO
Cargo PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
CPF 036.948.058-93
Período de Gestão 01/01/2019 a *dado não informado*

Em atendimento ao disposto nas Instruções Nº 02/2016 e na Ordem de Serviço SDG 01/2017, temos a informar o seguinte:

ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE

1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

Todos os documentos foram entregues no prazo estabelecido

2 - Assunto de Fiscalização: LRF

2.1 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Período

Posição no exercício anterior

Órgão	RP Proces	RP Não Proces

CÂMARA MUNICIPAL DE ITATINGA	R\$ 0.00	R\$ 3.500,00
------------------------------	----------	--------------

Movimentação no Exercício

Nome Órgão	Inscrições	Pagamentos	Cancelamentos
CÂMARA MUNICIPAL DE ITATINGA	R\$ 0.00	R\$ 2.018,41	R\$ 1.481,59

Posição atual

Nome Órgão	RP Proces	RP Não Proces	Red Esperada
CÂMARA MUNICIPAL DE ITATINGA	R\$ 0.00	R\$ 0,00	R\$ 875,00

Diante das baixas ocorridas até o período em parâmetros que evidenciam uma tendência de redução integral do montante de restos a pagar, observa-se uma situação financeira ajustada, sendo desnecessária, portanto, a emissão de alerta.

2.2 - GF36 - Despesas com Pessoal (último ano de mandato/ano eleitoral)

Período	Desp. Pessoal	RCL	% Gasto	% Ref.
6/2019	R\$ 1.502.594,65	R\$ 64.128.189,86	2,3431%	2,3431%

A despesa com pessoal no encerramento do mês 6/2019, calculada na forma do art.18, § 2º da LRF, importou em 2,3431%, sendo este o percentual a ser observado nos meses seguintes para fins de verificação do atendimento ao disposto no art.21, parágrafo único da LRF, devendo o Poder em questão ser alertado para conhecimento do mesmo.

2.3 - GF37 - Análise das despesas assumidas nos últimos quatro bimestres (Art. 42 da LRF)

Disponibilidade Financeira no final do período	R\$ 626.194,57
(-) Saldo de Restos a Pagar até o período	R\$ 0,00
(-) Empenhos Liquidados a Pagar até o período	R\$ 123.348,09
(-) Saldo da Despesa Empenhada a Liquidar	R\$ 198.589,37
(=) Liquidez do Período	R\$ 304.257,11
(+) Saldo da Receita Prevista a Realizar	R\$ 1.458.750,00
(-) Saldo da Despesa Autorizada a Empenhar	R\$ 1.763.007,11
(-) Saldo das Transferências Financeiras a Realizar	R\$ 0.00
(=) Liquidez Projetada	R\$ 0,00

A verificação da situação de liquidez apresenta superávit no resultado do período atual e equilíbrio no projetado para o exercício, revelando uma situação favorável frente ao adimplemento dos compromissos já assumidos, não se visualizando o comprometimento da execução orçamentária e liquidez financeira do período restante do presente exercício, não

necessitando, portanto, da expedição de alerta quanto aos impedimentos previstos no artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

2.4 - GF53 - Limite Constitucional para gasto com Folha de Pagamento

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 43,43%, valor este inferior ao limite estabelecido no §1º do artigo 29A da Constituição Federal de 1988.

Repasse total da Prefeitura	R\$ 1.458.750,00
Despesas com inativos e pensionistas	R\$ 6.287,40
Despesas com folha de pagamento	R\$ 637.023,51
Despesa com folha/Transferências realizadas	43,43%
Percentual máximo (Emenda Constitucional nº 25/2000)	70,00%

2.5 - GF54 - Limitação baseada em 5% da Receita do Município

Receita tributária ampliada (ano anterior - sem CIP)	R\$ 47.224.649,40
Receita tributária ampliada (ano anterior - com CIP)	R\$ 47.401.437,47
Despesa total com remuneração de Vereadores	R\$ 176.846,34
Limite art.º 29-A da CF/88	5,00%
Apuração do limite (sem CIP)	0,37%
Apuração do limite (com CIP)	0,37%

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 0,37%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29, inciso VII da Constituição Federal de 1988.

(Valor apurado com base na inclusão da CIP.)

2.6 - GF55 - Limite da Despesa Legislativa

População do Município (*)	20158
Receita Tributária Ampliada exercício anterior (sem CIP)	R\$ 47.224.649,40
Receita Tributária Ampliada exercício anterior (com CIP)	R\$ 47.401.437,47
Percentual Máximo Permitido	7,00%
Valor Permitido para Repasses	R\$ 3.318.100,62
Total de Despesas do exercício	R\$ 1.148.205,49
Percentual Apurado (sem CIP)	2,43%

Percentual Apurado (com CIP)	2,42%
-------------------------------------	--------------

(*) Dados IBGE ano anterior ao da elaboração da proposta orçamentária, conforme TC 57/020/14 e TC 396/020/16.

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 2,42%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29A, Caput, da Constituição Federal de 1988.

(Valor apurado com base na inclusão da CIP.)

3 - Assunto de Fiscalização: ANALISE OCP

3.1 - ANALISE OCP

Diante dos elementos apurados, verifica-se que o Órgão observou a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades.

Os valores que não se referem ao período examinado são extraídos dos relatórios de Instrução Anteriores.

Data da Geração: 31/07/2019

Hora da Geração: 20:23:47